

ALADI/CR/Ata 721
9 de dezembro de 1999
Hora: 10h às 11h 30m

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ordem do dia.
2. Assuntos em pauta.
3. Consideração das atas correspondentes às 718^a, 719^a e 720^a sessões.
4. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre "Situações de caráter jurídico que justificam revisão" (ALADI/CR/di 1015 e ALADI/CR/PA 88).
5. Informe sobre a "III Conferência Ministerial da OMC", realizada em Seattle (30.XI-03.XII.99).
6. Informe sobre a "Primeira Conferência Ibero-Americana de Logística", realizada em Lisboa (18-19.XI.99).
7. Informe sobre a IV Reunião da Comissão Administradora do Acordo Regional de Cooperação Científica e Tecnológica.
8. Apresentação do CD.Rom sobre o "Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos".
9. Assuntos diversos.
 - Pedido de informações sobre a assinatura do Convênio com a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL.
 - Situação financeira da Associação.
 - Programa de reuniões do Comitê de Representantes.

Preside:

JOSÉ RAFAEL SERRANO HERRERA

Assistem: Carlos Onis Vigil e Noemí Gómez (Argentina), Mario Lea Plaza Torri e María Elena García de Baccino (Bolívia), José Artur Denot Medeiros, Afonso José Sena Cardoso, Paulo Roberto Ribeiro Guimarães e João Mendes Pereira (Brasil), Augusto Bermúdez Arancibia e Flavio Taretto Quezada (Chile), Fabio Emel Pedraza Pérez (Colômbia), Miguel Martínez Ramil e Fidel Ortega Pérez (Cuba), José Rafael Serrano Herrera e Carlos Santos Repetto (Equador), Gustavo Iruegas Evaristo, José Luis Solís, Julio Lampell, Arturo Juárez, Juan Antonio Nevárez e Alberto Rodríguez (México), Efraín Darío Centurión e Gloria Amarilla Acosta (Paraguai), Carlos Higuera Ramos e José Eduardo Chávarri García (Peru), Jorge Rodolfo Tálce, José Roberto Muinel e Elizabeth Moretti (Uruguai), Ruben Pacheco e Yaritza Barbosa (Venezuela) e Vasile Macovei (Romênia).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas Penso.

Secretários-Gerais Adjuntos: Leonardo F. Mejía e Gustavo Adolfo Moreno.

Secretaria: Miguel Rognoni.

PRESIDENTE. Está aberta a sessão.

Peço-lhes desculpas por ter-me atrasado alguns minutos, mas tive uma conversa que me parecia necessária com o Senhor Secretário-Geral e com o Senhor Secretário-Geral Adjunto. Eu lhes manifestei que eu não podia beber a água que vinha sendo servida em sala porque não era uma água processada, mas vinha diretamente do ilustre Município de Montevidéu e que, embora possa ter boas características quanto à saúde, parece-me que em todo caso ao Comitê poderia ser servida uma água melhor; no meu caso, com gás.

1. Aprovação da ordem do dia.

PRESIDENTE.- Em consideração a ordem do dia provisória. Não havendo observações, APROVA-SE.

2. Assuntos em pauta.

PRESIDENTE. Dou a palavra à Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, no documento em poder dos Senhores Representantes constam as notas e os documentos aos quais devemos dar entrada nesta sessão.

Cabe salientar a nota enviada pelo Senhor Secretário-Executivo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, comunicando a designação do Senhor Pascual Gerstenfeld como Representante Observador junto à ALADI. Coordenaremos com o novo Representante da CEPAL a forma de proceder quanto a sua incorporação a este Comitê nas primeiras sessões do próximo ano.

Em segundo lugar cabe destacar a nota da Representação Permanente do Peru, comunicando a assinatura por parte do Chile e do Peru da "Ata de Execução" das cláusulas pendentes do Tratado de Lima, de 1919, e de seu Protocolo Complementar, de 13.XI.99; constando em anexo o texto da mesma.

Finalmente, depois da publicação do documento correspondente recebemos a nota da Representação Permanente da Venezuela, que informa que na Gazeta Oficial Edição Extraordinária, de 24 de novembro, foi publicado o Decreto Nº 500, através do qual se coloca em vigor o Acordo de Complementação Econômica Nº 29, assinado entre quatro dos países membros da Comunidade Andina das Nações e a República Federativa do Brasil. É tudo, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Passamos ao ponto seguinte.

3. Consideração das atas correspondentes às 718ª, 719ª e 720ª sessões.

PRESIDENTE. Em consideração.

Não havendo observações, APROVAM-SE.

Passamos ao outro ponto.

4. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre "Situações de caráter jurídico que justificam Revisão" (ALADI/CR/di 1015 e ALADI/CR/PA 88).

PRESIDENTE. Cedo a palavra ao Presidente do grupo, o Senhor Embaixador da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Senhor Presidente.

Darei uma breve explicação para apresentar este documento examinado no Grupo de Trabalho, onde são tratados vários temas. Um, sobre a entrada em vigor dos acordos, outros, sobre as cláusulas de adesão. A respeito dos Anexos I e II do projeto são propostos, não diríamos, requisitos, mas acordos para facilitar e melhorar o sistema de assinatura dos protocolos e dos plenos poderes. Como Anexo II há algumas recomendações a respeito de como deveriam ser os plenos poderes que, como Vossa Excelência sabe, há países que têm plenos poderes para assinar imediatamente e há países que requerem uma autorização ou outorga de plenos poderes para cada caso. O ideal seria que todos contássemos com plenos poderes para dar maior agilidade à assinatura dos protocolos

Outro ponto diz respeito à sede ou ao lugar onde são assinados os acordos. Aqui foi decidido que a Secretaria-Geral fosse o lugar onde regularmente se realizariam estes atos e que, em casos excepcionais, poderiam ser assinados em outro lugar, que geralmente, como tem sido feito até agora, era nas próprias Representações.

Finalmente, quanto ao ponto referente ao depósito, são estabelecidos alguns requisitos que a Secretaria indicou como indispensáveis para poder atuar como depositária.

Acredito que no Grupo de Trabalho houve acordo; a única diferença com o que conversamos no começo é que a idéia era apresentar uma resolução em lugar de um acordo, mas os países da Comunidade Andina julgaram mais conveniente ou mais pertinente fazer toda esta série de recomendações sob a forma de um acordo. Ou seja, não tem maiores dificuldades e poderia ser aprovado nesta reunião. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho.

Submeto este ponto à consideração dos senhores.

Representação do MÉXICO (José Luis Solís). Obrigado, Senhor Presidente. Nossa Representação não teria inconveniente em apoiar este projeto, mas queremos informar ao Comitê de Representantes as seguintes observações: no tendo em vista se faz referência ao Artigo 9 do Tratado de Montevidéu 1980 e à Resolução 2 do Conselho de Ministros da ALALC. Estes textos referem-se exclusivamente aos acordos de alcance parcial. Entretanto, as recomendações contidas no projeto de acordo estendem-se também aos acordos de alcance regional, pelo qual se deve incluir no tendo em vista a referência ao Artigo 6 do Tratado de Montevidéu 1980.

Depois, o Considerando diz: "A conveniência de harmonizar as disposições jurídicas em matéria de vigência e adesão...". Contudo, o problema constatado pela Secretaria-Geral em seu informe sobre situações de caráter jurídico que justificariam uma revisão não tiveram origem na necessidade de harmonizar disposições jurídicas, mas na de solucionar, e cito: "...contradições formais que não se adaptam à realidade jurídica", como dizer que um acordo entra em vigor na data de sua assinatura, quando a realidade é que requer ser incorporado ao direito interno. Por este motivo sugerimos que no considerando diga: "A conveniência de dar maior coerência às disposições jurídicas em matéria de vigência e adesão".

Depois, sugerimos substituir o texto do artigo primeiro, para torná-lo mais claro, da seguinte forma: "Primeiro.- Recomendar como cláusulas modelo de vigência e adesão dos Acordos e Protocolos assinados no âmbito do Tratado de Montevidéu 1980 as que constam no Anexo I ao presente Acordo. As mesmas serão incorporadas aos acordos e protocolos se as Partes signatárias dos mesmos o considerarem conveniente." Este é o texto que propomos para o artigo primeiro.

Quanto ao artigo segundo, preferimos que este artigo e o Anexo II não sejam incluídos no acordo. Preferimos que o Comitê de Representantes somente tome nota destes problemas e que constem em ata as recomendações do grupo de trabalho. E vou apresentar as razões.

Primeiro, no que tem a ver com "Plenos Poderes", a enunciação é demasiado genérica. Não fica claramente definido o sentido da harmonização, além de ser, como diz o texto, um tema de competência exclusiva de cada Estado.

Segundo, quanto ao "Sistema para a assinatura dos Acordos e Protocolos". Este é um problema de caráter operacional que os países-membros dificilmente poderão cumprir. Ou seja, na prática, os acordos, salvo a assinatura de protocolos de prorrogação de vigência, são assinados pelos Presidentes ou pelos Ministros, Secretários de Estado, Subsecretários. Então, pensamos que não seria procedente recomendar que estes venham a Montevideu para assinar estes instrumentos, simplesmente pela dificuldade prática que isso implica.

E com relação ao "Depósito dos Acordos e Protocolos assinados no âmbito do Tratado de Montevideu 1980", é também um problema de caráter operacional, cuja solução não necessariamente requer a adoção de um acordo por parte do Comitê de Representantes.

No Anexo I do projeto de acordo se "arrola" uma série de cláusulas modelo, de vigência e de adesão dos Acordos e Protocolos, mas não figuram as conclusões do grupo de trabalho em matéria de vigência e adesão, as quais originaram as cláusulas modelo propostas.

Por conseguinte, consideramos conveniente que o Anexo I incorpore, além das cláusulas modelo, estas conclusões, para poder introduzir em um contexto adequado as cláusulas que estão sendo propostas. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante. Tem a palavra o Senhor Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI. (Efraín Darío Centurión). Obrigado, Senhor Presidente.

Em primeiro lugar quero desculpar-me por não ter podido ler o documento ALADI/CR/PA 88, de 6 de dezembro, do qual só agora estou tomando conhecimento. Tenho a certeza de que a Secretaria o enviou oportunamente a meu escritório. Não estou atribuindo meu desconhecimento à Secretaria, mas ao fato de que nestes dias tivemos a reunião dos Chefes de Estado do MERCOSUL e do Chile e Bolívia. Por essa razão, possivelmente, não tive oportunidade de ler o documento. Portanto, as observações que farei estarão relacionadas com o documento ALADI/CR/PR 177, de 22 de novembro de 1999.

Este documento, no que viria a ser um considerando ou um levando em conta, como diz, este "LEVANDO EM CONTA", não sei o que quer dizer "no âmbito normativo"; é uma nova terminologia que estaríamos incorporando aqui no Comitê, que não considero necessária. Por que? Porque nem como "CONSIDERANDO" nem como "LEVANDO EM CONTA" -e tampouco sei que alcance jurídico tem o "LEVANDO EM CONTA". O que se diz não tem nada a ver com "CONSIDERANDO" nem com "LEVANDO EM CONTA", porque simplesmente é um tendo em vista! Então, ao tendo em vista haveria que acrescentar, depois de "...Conselho de Ministros", um ponto e vírgula e: "...o documento ALADI/CR/di 105", e mais nada. Por conseguinte, elimina-se este raro "LEVANDO EM CONTA".

Considero pertinentes as observações da distinta Missão Diplomática argentina em seu documento ALADI/CR/di 1025, no que diz respeito ao projeto de resolução com as quais nossa Missão estaria de acordo. Substituir a "pertinência" pela "conveniência" de harmonizar e, em lugar dos "procedimentos jurídicos", as "disposições jurídicas". Parece-me mais pertinente.

Quanto à parte resolutiva, vejo que o documento de 6 de dezembro já está dividido em dois artigos. Contudo, não me vou referir, reitero, ao artigo um ou único, como se dizia no documento anterior, porque quero fazer, com muito respeito, algumas sugestões.

Em lugar de "adotar", de acordo novamente, com "Recomendar como cláusulas modelo sobre a vigência e adesão...", em lugar de "...vigência..." não, "...sobre a vigência e adesão..." e aí passar para onde diz: "... dos Acordos e Protocolos ou Protocolos assinados no âmbito do Tratado de Montevideu 1980, que figuram em anexo à presente resolução e fazem parte da mesma." Isso deve ser dito: "...e fazem parte da mesma", ponto. "Essas cláusulas poderão ser incorporadas desde que as Partes Contratantes o considerem conveniente". Não estou mudando o sentido. Somente estou dando-lhe uma nova enunciação pois me parece, do ponto de vista da língua espanhola, que está um pouco melhor interpretada que na forma utilizada por nossa prestigiosa Secretaria-Geral.

Quanto ao artigo segundo, novo, vou fazer uma ressalva porque não o estudei; e também, por enquanto, vou fazer a mesma ressalva no que diz respeito ao resto do documento pois, embora seja verdade -devo esclarecer- que pessoalmente o considero um bom documento, e como advogado poderia estar de acordo com qualquer uma das disposições contidas, embora tenha preferências no que tange às cláusulas modelo, de adesão, o ponto um, o ponto dois, o anexo, como se dizia nesse documento, eu necessitaria conhecer também, obviamente, a opinião da Chancelaria de meu país.

Desejaria, para terminar, fazer uma pergunta, porque não participei deste grupo de trabalho. Prestem atenção para o fato de que no documento em questão, na página 4, "c) Condições necessárias para negociar a adesão de um novo membro", o segundo parágrafo diz: "O grupo entende que para celebrar um Protocolo de Adesão com um país aderente, os países signatários originais devem ter incorporado o "Acordo mãe...". Eu pergunto: se há um acordo mãe, qual será o acordo pai? Devo reconhecer que fiquei completamente desorientado quando nossa prestigiosa Secretaria, de repente, coloca diante de meus olhos algo como "Acordo mãe". Pater in coelis! Pater in coelis!

Por conseguinte, gostaria de saber a que se refere isto, para poder aumentar meus conhecimentos nesta matéria. De qualquer forma, parece-me que é um bom documento; creio que a preocupação do Coordenador e, naturalmente, da Comissão está satisfeita em todos os aspectos, pelo trabalho que fizeram.

Apenas tenha instruções da Chancelaria de meu país terei o prazer de comunicá-las ao Comitê, Senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante. Alguma outra Representação deseja fazer uso da palavra? Tem a palavra o Senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Senhor Presidente. Levando em conta as observações feitas, eu recomendaria que o tema voltasse ao grupo de trabalho. O grupo realizou cinco ou seis reuniões, nas quais se chegou a acordo sobre todos os temas, sendo que todas as Representações expuseram sua opinião. Depois houve um intervalo de quinze dias para analisar o documento distribuído como documento final. Houve um pedido da Comunidade Andina, houve uma reunião, chegamos a um acordo: ou seja, foram feitas propostas, e estas propostas, junto com outras da Argentina foram incluídas em outro documento. Como não houve outras observações, esta Coordenação considerou que, em geral, todos os países estavam de acordo.

Por esse motivo sugerimos à Secretaria-Geral que o apresentasse ao Comitê para aprová-lo antes da reunião de fim de ano. Porém, levando em conta que os comentários ouvidos são apenas formais ou pequenos, que se poderiam corrigir nesta Mesa, parece-me que, tendo em vista a grande quantidade de opiniões, seria boa idéia voltar com o tema ao grupo de trabalho e que aí todas as Representações se manifestem de forma apropriada. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante.

A Presidência estava considerando a possibilidade de propor-lhes um procedimento similar. Entendo que foram feitas observações importantes que justificariam analisá-las pormenorizadamente e creio que o melhor lugar é o grupo de trabalho.

Parece-me que devemos agradecer ao Presidente do grupo de trabalho o avanço apresentado. O tema será considerado posteriormente em uma nova reunião, coordenada pelo Senhor Representante da Argentina. Passamos ao seguinte ponto.

5. Informe sobre a "III Conferência Ministerial da OMC, celebrada em Seattle (30.XI-3.XII).

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente.

Não é fácil informar sobre esta reunião porque acredito que todas as informações já foram dadas de uma ou de outra forma.

Em termos de organização, a reunião foi, francamente, um desastre. Verdadeiramente, nunca em minha vida tinha vivido uma situação tão incômoda.. E como há muito tempo deixei de ser estudante, já não levo comigo um pouquinho de vinagre nos lenços, que é o antídoto ideal para as bombas lacrimogêneas e tivemos que chorar, graças às bombas.

Bem, os senhores já sabem como terminou a reunião. Não deu em nada; as posições encontradas de vários países e de outros grupos de países impediram um consenso em torno de uma Declaração Ministerial que foi distribuída sexta-feira da semana passada, às cinco da manhã; cinco e quarenta e cinco da manhã foi a hora em que se chegou a um consenso preliminar, onde realmente existiam poucas diferenças quanto à forma de poder chegar à assinatura dessa Declaração, declaração que posteriormente foi modificada na manhã dessa sexta-feira. Finalmente, foi aceita de forma definitiva, basicamente, por um dos países industrializados, que talvez teve, a meu ver, segundo as informações que nos chegavam, uma das posições mais duras na negociação, o Japão, o mais forte e duro quanto a sua posição.

O jornal El País, de Madri, de segunda-feira, publicou um artigo que, segundo nosso critério, reflete muito bem as posições dos países e dos diversos grupos de países que participaram da reunião da OMC. O artigo foi intitulado "Os escolhos que a OMC não foi capaz de superar". Reflete bastante bem e de forma muito sintética as posições que de uma ou de outra forma foram expostas nos diversos grupos de trabalho no âmbito da OMC.

Apesar dos problemas de tipo logístico que houve, os senhores sabem que os organismos internacionais não temos possibilidades de aceder às reuniões dos grupos de trabalho e que até fomos discriminados inclusive em termos de organização. Estávamos exatamente a US\$ 40,00 da reunião. Cada vez que íamos ao centro, às proximidades do

Centro de convenções, estávamos a US\$ 40,00 desde nosso hotel. Estávamos totalmente afastados do lugar da reunião. Não o digo pelos US\$ 40,00, mas para que se imaginem o custo em taxi que nos representava transladar-nos porque nem sequer havia transporte público a causa das dificuldades de segurança existentes no centro da cidade. Por outro lado, merecia, parece-me, um tratamento diferente do tratamento que lamentavelmente teve.

Trata-se de uma cidade muito pequena, mas que se dá ao luxo de ter a Boeing e a Microsoft em seu seio. São duas empresas multinacionais de muita importância.

Para nós, porém, foi importante a quantidade de reuniões que pudemos ter com diversos grupos de integração e com vários países. Em primeiro lugar, tivemos um fluído contacto com a Secretaria da Comunidade Andina e com a Secretaria-Geral da CARICOM, com quem conversamos e nos informamos um pouco, intercambiando informações sobre a evolução de nossos processos, as dificuldades que enfrentam esses dois processos de integração para consolidar os mecanismos que eles têm previsto. No caso da Comunidade Andina obtivemos informações muito pormenorizadas sobre as dificuldades que está enfrentando o processo de integração sub-regional.

Entrevistamo-nos com delegações de vários dos países-membros, obviamente com a Delegação do Uruguai, que tivemos o prazer e a honra de acompanhar na viagem, a de Cuba, a do Chile, a do Brasil, a do Equador..., com as quais conversamos também.

E o mais importante, em termos de reunião, foram esses contactos, porque aí é que se pode realmente tomar o pulso do pensamento dos países-membros em torno desta rodada multilateral; podíamos constatar a importância que cada um dava aos diversos temas e como, de uma ou de outra forma, embora houvesse uma posição homogênea entre os países-membros da região e desta Associação, também se podiam ver algumas diferenças, matizes formais, sobre o tratamento das diversas questões objeto da agenda da reunião da OMC.

É verdade que talvez não seja muito frutífera uma participação deste tipo de reuniões, mas sim é muito importante a presença da Associação, junto com outros organismos internacionais. A presença com a própria Secretaria-Geral da OMC marca a pauta do interesse, do significado que atribui esta Associação às negociações realizadas em outros foros internacionais.

Tenho a impressão de que evidentemente há muito interesse em fazer a rodada, há interesses criados que necessariamente contribuirão a limar as asperezas; não será um processo fácil. Muitos dos senhores têm sido representantes em Genebra. O Embaixador Denot é um deles. Ele me antecipou muitas das coisas que aí ocorreram, como "se batía el cobre" dentro desse grande clube dos ricos, que é o clube da OMC. Mas, ficou-me também a sensação de que, a despeito dos entraves e obstáculos com que se deparou, há muitos interesses criados no âmbito mundial do comércio, o que vai, penso que a partir de janeiro do ano próximo, limar as asperezas que neste momento separam os países da possibilidade de levar a cabo uma nova rodada de negociações comerciais multilaterais.

Logicamente, as asperezas não serão limadas em dois ou três meses; será um processo paulatino, mas existe um sentimento generalizado e creio que, ainda para os países em desenvolvimento, notadamente devido ao tema agrícola que está em jogo, pareceria conveniente que esta rodada de negociações comerciais efetivamente se concretizasse em um futuro imediato.

Senhor Presidente, apenas posso dizer que este é o informe que posso dar. Não teria sentido entrar em pormenores sobre diversas matérias porque, de uma ou de outra forma, os senhores já sabem que posições estiveram sendo debatidas nos diversos grupos criados em Genebra; certamente receberam informações diretamente de suas capitais e, indiretamente, de todos os meios de informação. No Uruguai, a imprensa cobriu de forma muito importante todo este tema.

Finalmente, Senhor Presidente, quero salientar os discursos dos diversos Ministros ou representantes de Ministros de Comércio dos países-membros da Associação. Marcaram pautas e, particularmente, o Ministro Operti fez uma excelente intervenção na sessão plenária da reunião de Seattle, onde marcou uma pauta muito significativa porque, junto com o Ministro do Brasil, marcou o caminho a percorrer em matéria de negociações comerciais multilaterais. E gostaria também de resgatar um pouco, por último, a intervenção dos Ministros do Peru e da Colômbia, que também assinalaram uma pauta muito significativa, principalmente com dois países cuja participação na OMC não tem um significado tão transcendente como a dos outros países que mencionei antes.

Senhor Presidente, em termos gerais, essa é a informação que posso transmitir. Poderíamos dar mais detalhes, mas creio que teríamos todo um dia para conversar sobre este tema, sem falar dos aspectos anedóticos, aos quais também poderíamos dedicar boa parte de nosso tempo se quiséssemos. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário. A Presidência considera que, realmente, a reunião de Seattle foi muito importante, mas muito importante porque marca um momento da evolução da Organização Mundial do Comércio e evidencia o ponto que agora existe entre a globalização e o regionalismo. Acredito que para a Associação é um ponto de referência muito importante para fazer uma avaliação e uma prospecção do que ocorrerá no futuro imediato e, talvez, alguns ajustamentos em nossas metas. Porque eu acredito que, perante um fracasso do tratamento de temas de caráter global, chegou o momento de fazer uma prospecção de forma que possamos tirar algum proveito dos esquemas que atualmente tem a integração. Isto é um comentário de caráter geral porque a Secretaria avalia anualmente o comércio mundial e creio que o tema desta última reunião merece ser levado em conta e aprofundado para que a Secretaria nos faça as sugestões que considere oportunas.

Tem a palavra o Senhor Representante do Peru.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Vossa Excelência adivinhou nosso pensamento e expôs nossa idéia. Muito obrigado.

Creio que esta reunião, principalmente seu resultado, é tão histórica no que se refere ao comércio mundial, etc., que me parece que a Secretaria-Geral nos poderia apresentar por escrito este documento, sem mencionar os gases lacrimogêneos, logicamente, para que possamos saber o que deveremos fazer no futuro, guiados por este documento. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Embaixador do Peru.

Se não houver mais comentários, passaremos ao ponto seguinte.

6. Informe sobre a "Primeira Conferência Ibero-Americana de Logística", realizada em Lisboa (18-19-XI-99).

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral Adjunto.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Leonardo Mejía). Obrigado, Senhor Presidente.

Senhores Representantes, nos dias 18 e 19 de novembro realizou-se na cidade de Lisboa a Primeira Conferência Ibero-Americana de Logística, à qual foi convidada a Secretaria-Geral para participar do ato de abertura e expondo o tema "Perspectivas dos intercâmbios entre a América Latina e a Europa". A Conferência foi organizada pelo Instituto de Logística Ibero-Americano, que tem sua sede na cidade de Barcelona, Espanha.

Em nossas exposições demos a conhecer aos participantes os propósitos da ALADI, os acordos assinados ao amparo do Tratado de Montevideu 1980, a evolução de alguns indicadores econômicos dos países-membros da Associação, as características mais importantes do comércio regional e os investimentos entre a União Européia e a América Latina. Fundamentalmente, expusemos algumas hipóteses sobre a provável evolução do comércio entre as duas regiões, levando em conta os acordos atualmente negociados e que negociam, notadamente, o MERCOSUL, Chile e México, à luz da política agrícola da União Européia e tendo em vista as tendências do comércio entre as regiões.

Participaram da Conferência aproximadamente duzentos e cinquenta delegados de quinze países, vinte e oito organismos empresariais e cinquenta conferencistas especializados em logística e em comércio exterior.

Nessa oportunidade tratamos de interessar os dirigentes do Instituto de Logística Ibero-Americano em assinar um acordo de cooperação com a Secretaria-Geral da ALADI para realizarmos ações conjuntas em projetos de cooperação técnica de mútuo interesse. Queremos, ainda, informar aos senhores que este Instituto ofereceu à Secretaria-Geral a colaboração de três especialistas, durante cinco meses, para encarar os temas de comércio eletrônico, previstos no programa de trabalhos desta Secretaria-Geral.

Finalmente, desejaria informar que as despesas de viagens e permanência foram atendidas pelo Instituto organizador desta conferência. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral Adjunto. Ofereço o uso da palavra. Agradecemos novamente ao Senhor Secretário-Geral Adjunto e passamos ao seguinte ponto.

7. Informe sobre a IV Reunião da Comissão Administradora do Acordo Regional de Cooperação Científica e Tecnológica.

PRESIDENTE. Ofereço o uso da palavra ao Senhor Secretário-Geral Adjunto.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Leonardo F. Mejía). Dia 26 de novembro realizou-se na cidade do Rio de Janeiro a IV Reunião da Comissão Administradora do Acordo Regional de Cooperação Científica e Tecnológica, promovida e organizada pela Secretaria-Geral, em cumprimento do mandato do Comitê de Representantes em sua 708a. sessão. O Senhor Miguel Rognoni, do Departamento de Promoção Setorial, assistiu à reunião e apresentará o informe.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETARIA (Miguel Rognoni). Obrigado, Senhor Presidente.

A Secretaria-Geral, como Secretaria Técnica do Acordo Regional de Cooperação Científica e Tecnológica dos países da ALADI, coordenou a IV Reunião da Comissão Administradora do mencionado acordo, na cidade do Rio de Janeiro, em 26 de novembro. A reunião anterior desta Comissão tinha se realizado em novembro de 1997, na cidade de Buenos Aires.

Com a finalidade de informar como se encontra este assunto, a Secretaria-Geral preparou o documento ALADI/SEC/di 1224, de junho de 99, que continha um resumo dos principais compromissos assumidos, bem como das ações realizadas no âmbito desse acordo regional. Também se propunham nesse documento algumas recomendações para reativar o acordo. O Comitê de Representantes tratou este tema em sua 708a. sessão, de 4 de agosto.

Em coordenação com a Presidência da Comissão, a cargo da Secretaria de Ciência e Tecnologia da República Argentina, preparou-se uma agenda que contemplasse os temas mais importantes, com ênfase na eleição de autoridades.

A quarta reunião desta Comissão foi convocada pela Presidência e por esta Secretaria, aproveitando a Assembléia Geral do Programa Latino-Americano de Ciência e Tecnologia, CYTED, oportunidade na qual assistem, entre outras, as autoridades de Ciência e Tecnologia dos países da ALADI.

A respeito do desenvolvimento dos trabalhos e dos temas contidos na agenda, destacamos a eleição de autoridades. A delegação da Argentina propôs que as novas autoridades fossem a República de Cuba, na Presidência, e a República da Bolívia na Vice-Presidência. O tema foi submetido a consideração e aprovado por unanimidade.

No que tem a ver com o informe sobre as ações realizadas em matéria de ciência e tecnologia, a Secretaria-Geral apresentou o tema, tendo como base o documento ALADI/SEC/1224. As delegações resolveram que a Secretaria enviasse este documento às autoridades incumbidas do tema ciência e tecnologia dos países-membros. Considerou-se, também, conveniente tratar novamente os projetos de livre ingresso de amostras e material científico e a facilitação do intercâmbio e permanência de cientistas, anexos ao documento 1224, para uma eventual modificação, consoante a realidade na região, ou a incorporação de novos elementos que permitam em ambos os casos continuar com seu tratamento. As delegações solicitaram à Secretaria que estas gestões fossem realizadas através do Comitê de Representantes.

Quanto ao Grupo de Trabalho sobre Harmonização de Regulações de Medicamentos e Diagnosticadores de Uso Humano, decidiu-se enviar a ata final dessa reunião às autoridades responsáveis pela área de ciência e tecnologia e aos responsáveis em matéria de saúde para considerar sua reativação. Também se solicitou que estas gestões fossem realizadas através do Comitê de Representantes. A Secretaria está preparando as respectivas notas a fim de dar cumprimento ao solicitado.

Ficou determinado que a próxima reunião da Comissão Administradora, de acordo com o cronograma aprovado na Assembléia Geral do Programa CYTED para o ano 2000, fosse no Panamá, em novembro do próximo ano. Nesse sentido, a Secretaria-Geral, em coordenação com as novas autoridades, iniciará contatos com a Secretaria Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação da República do Panamá e com o Programa CYTED para coordenar e realizar esta quinta reunião. Vem sendo preparado, ainda, o relatório final, que será publicado e distribuído a todas as Representações e às autoridades. É tudo, muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Rognoni e Senhor Secretário-Geral Adjunto.

Ofereço a palavra. Não havendo mais comentários, agradecemos o informe da Secretaria. Passamos ao outro ponto.

8. Apresentação do CD Rom sobre o "Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos".

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral Adjunto, Leonardo Mejía.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Leonardo F. Mejía). Obrigado, Senhor Presidente.

O CD.ROM que os senhores acabam de receber contém as normas sobre o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI, bem como algumas indicações sobre sua utilização desde 1965 até 1998. Contém, igualmente, algumas indicações econômicas e sociais, tanto dos esquemas sub-regionais como de cada um dos países da Associação.

Foi preparado, fundamentalmente, com o objetivo de promover um maior conhecimento do Convênio, principalmente entre os bancos e organizações empresariais da região. Pretendemos obter com a venda do CD.ROM -que terá um valor de US\$ 80,00- alguns recursos para a Associação.

A apresentação que vamos fazer inclui, em primeiro lugar, uma animação, onde pretendemos expressar nosso reconhecimento à cooperação recíproca dos bancos centrais. O documento está dividido nos seguintes textos: em primeiro lugar, a pasta de textos inclui **in extenso** o documento do Convênio de Pagamentos, um manual de divulgação e o Protocolo para Solução de Controvérsias. Na segunda pasta estariam as regulamentações internas que aplica cada um dos bancos centrais. Em terceiro lugar, um quadro comparativo das regulamentações internas dos bancos. Há uma relação de 1.364 instituições bancárias, que são as autorizadas, às quais justamente estamos oferecendo o CD.ROM. Quero informar-lhes que faz apenas três dias que lançamos este CD.ROM e a reação dos bancos tem sido muito boa.

Temos ainda algumas informações sobre estatísticas, fundamentalmente sobre a utilização do convênio, os indicadores econômico-sociais e alguma informação sobre a Secretaria-Geral da ALADI.

Um dos aspectos que desejo manifestar-lhes é que o programa foi concebido para atualizá-lo através da página WEB da Secretaria-Geral e tem um sistema de busca, tanto de palavras como de matérias, que o torna bastante útil, especialmente para as pessoas que lidam com este tema. Vamos fazer a apresentação, que não demorará mais de cinco ou dez minutos.

- Apresenta-se em detalhe o CD Rom.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Efraín Darío Centurión). Obrigado, Senhor Presidente.

Meu querido e lembrado amigo, o Embaixador Jerônimo Moscardo, dizia sempre que nós temos a melhor secretaria do Continente. E creio que esta é uma demonstração de que realmente é assim.

Quero parabenizar a Secretaria pela grande eficiência demonstrada ao deixar no meio cibernético todo este mundo tão importante em um campo do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos que, na verdade, pode ter resultados sumamente favoráveis para nossa Instituição.

Obrigado, Senhor Presidente, e reitero nossos parabéns pelos esforços da Secretaria-Geral.

PRESIDENTE. Obrigado, senhores. Acredito interpretar todos os Senhores Representantes no sentido de expressar nossos agradecimentos à Secretaria-Geral.

Passamos ao seguinte ponto da ordem do dia.

9. Assuntos diversos.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

- Pedido de informações sobre a assinatura do Convênio com a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL.

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, Vossa Excelência me pediu diretamente que informasse sobre o Convênio que assinamos ontem com a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL.

Com efeito, ontem tivemos ocasião, Vossa Excelência esteve presente, junto com vários Representantes, de assinar com a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL um Convênio de Cooperação que trata, fundamentalmente, de um intercâmbio de informações e publicações entre nossas duas Instituições.

E como todo convênio assinado neste contexto, abre a possibilidade de fazer estudos conjuntos, com a indicação, logicamente, de que os estudos realizados devem estar contemplados nos respectivos programas de atividades e devem ser financiados necessariamente com recursos forâneos ou extraordinários.

É um convênio tipo, um convênio quadro, que tem um significado muito importante para nós, no sentido de que é a primeira vez que nos aproximamos e que se aproximam de nós porque, realmente, o interesse de subscrever este acordo surgiu da Comissão Parlamentar do MERCOSUL, que recém está instalando uma Secretaria Administrativa aqui mesmo, com sede em Montevideu. Eles manifestaram interesse em manter um esquema de cooperação conosco. E nós interpretamos que, pelo significado do MERCOSUL no processo regional, por um lado, e, por outro, pela importância da participação parlamentar, porque progressivamente todos estes processos de integração vão sendo parte cotidiana de nossa sociedade civil e onde já os acordos de incorporação direta ao ordenamento jurídico cada dia se torna mais difícil pela diversidade de matérias e que afetam diretamente o tratamento parlamentar, parecia-nos de muita transcendência subscrever um acordo desta natureza (oxalá possamos fazê-lo com outras comissões parlamentares) particularmente do Parlamento Andino. Já existe um acordo de cooperação com o Parlamento Latino-Americano. Esse acordo está em nosso poder e em nosso acervo. Com eles já realizamos algumas atividades conjuntas. Participamos de algumas reuniões e esperamos que este acordo seja uma pauta importante para nos aproximar de outras agrupações parlamentares que efetivamente terão a seu cargo a execução

de uma etapa importante do processo de integração em andamento em todos nossos países.

Este acordo tem muita importância para nós. Estamos certos de que as pessoas envolvidas na Comissão Parlamentar do MERCOSUL têm a sensação de que este acordo terá bastante movimentação porque lhe deram grande transcendência e têm muita esperança no trabalho conjunto que pudermos fazer. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário.

Há algum comentário ou algum outro tema para incorporar a assuntos diversos?

Tem a palavra o Senhor Representante do Peru.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Obrigado, Senhor Presidente.

Agradecemos as informações do Senhor Secretário-Geral.

Senhor Presidente, peço desculpas pelo fato de que minha primeira intervenção tenha a ver com um tema de procedimento sobre o qual desejaria fazer um comentário, e peço desculpas de antemão.

Não se trata, de nenhum modo, de duvidar da capacidade de ação do Senhor Secretário-Geral, da Secretaria-Geral, e, menos ainda, deste Comitê de Representantes.

Trata-se, Senhor Presidente, como disse, dos convênios de cooperação que a Secretaria-Geral vem assinando com diferentes organismos nacionais e internacionais que, até o momento, chegam -parece-me- a um importante volume, a um importante número.

Disse que é de caráter processual porque, repito, não desejaria dar a este tema nenhum sentido jurídico porque nos complicaria e nos levaria muito tempo, que devemos dedicar a outros fins mais importantes.

Sei também que os usos e costumes governam muitas vezes alguns de nossos organismos e estamos tratando, nos documentos que revisamos anteriormente, de pôr fim a esses usos e costumes e pôr bases jurídicas a certos aspectos de trabalho desta Secretaria-Geral e da Associação.

Com todo respeito, Senhor Presidente, penso na necessidade que existe de que este Comitê conheça previamente, se for possível, os projetos da Secretaria-Geral para subscrever acordos com diversos organismos que tenham objetivos afins com os da ALADI. Preocupa-me que saibamos depois de que foi assinado o convênio, que este Comitê não tenha conhecimento prévio desta subscrição. Por exemplo, exigem-nos plenos poderes, temos uma série de obrigações. Por último, por uma simples questão de lógica, acredito que a Secretaria-Geral também deveria ter um determinado âmbito para subscrever estes convênios.

Procuramos no Tratado de Montevideu algumas pautas; não há clareza, interpretamos que não há clareza. Não vamos mudar o Tratado. Mas, desejaria manifestar esta preocupação neste foro porque todos estes convênios têm a ver com as relações exteriores da própria Associação. De certa forma nos obriga a todos.

Mais ainda: em todos nossos projetos, trabalhos, grupos de trabalho, a Secretaria-Geral intervém ativamente, prepara documentos e nós o aceitamos com muito prazer, por suas características e pelo nível técnico, mas não temos essa reciprocidade no conhecimento prévio de documentos que a Secretaria assina com organismos internacionais e internos.

Por este motivo me satisfaz enormemente que a Secretaria continue assinando convênios com todas as instituições afins, mas, como digo, eu teria gostado de conhecer antes esses documentos, porque têm muito a ver com o fundo e com o rumo das relações externas da Associação.

Peço desculpas se há alguma resolução antiga que eu não conheça, mas procurei ilustrar-me sobre alguns aspectos deste assunto e não encontrei nada. Então, desejaria fazer constar minha preocupação com o ânimo mais construtivo e, como digo, respeitando toda a capacidade de ação da Secretaria-Geral a este respeito. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Embaixador.

Se não houver mais comentários, a Presidência recebe a preocupação do Senhor Embaixador do Peru e considera que oportunamente os Chefes de Representação intercambiaremos critérios para retomar esta questão.

Há algum outro assunto? Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

- Situação financeira da Associação.

SECRETÁRIO-GERAL. Sim, Senhor Presidente.

Embora tenhamos recebido informações de duas Representações, e na eventualidade de que esta seja a última reunião do Comitê de Representantes deste ano, devo informar que hoje, 9 de dezembro, esta Secretaria-Geral não dispõe dos recursos suficientes para atender os salários deste mês. Embora, repito, tenhamos recebido informação de duas Representações de que oportunamente concretizarão algumas contribuições que, Deus queira, sejam feitas quanto antes, hoje não teríamos como pagar os salários e muito menos a possibilidade de pagar a bonificação de final de ano, prevista no orçamento correspondente. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Representante da Argentina.

Representação da Argentina (Carlos Onis Vigil). Nos próximos dias, talvez na próxima semana, faremos uma contribuição que atenderá, de acordo com o que me informou a Secretaria, os salários do mês de dezembro. Devo precisar bem a cifra, não quero dar um número agora, mas estaria acima da quantidade necessária para cobrir toda a parte salarial de dezembro.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra o Senhor Representante do Peru.

Representação do PERU (José Eduardo Chávarri García). Obrigado, Senhor Presidente.

Desejaria informar que a Representação do Peru está esperando uma contribuição significativa que, enfim, deve chegar nos próximos dias. De alguma forma esperamos sair desta situação econômica que atravessa a Associação.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

- Diálogos.

- Programa de reuniões do Comitê de Representantes.

PRESIDENTE. Esta é a última reunião para mim, como Presidente.

Se a Secretaria propuser uma reunião aos Senhores Representantes, será considerada pelos senhores. No que a mim concerne, hoje a tarde os deixo e lhes desejo boas festas.

Tem a palavra o Senhor Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Efraín Darío Centurión). Senhor Presidente, não quero deixar passar esta oportunidade de reconhecer em sua pessoa a excelente condução que tivemos e agradecer-lhe todos seus esforços, em um ou em outro sentido, em tantas matérias que analisamos durante sua Presidência. Realmente encontramos em Vossa Excelência não apenas o amigo, o homem que busca conciliar as vontades, mas também, por que não dizê-lo, o afeto que nos brindou, no aspecto pessoal, a todos e a cada um de nos e à Secretaria.

Com toda sinceridade, em nome da Missão Diplomática do Paraguai permito-me agradecer-lhe seus esforços e desejar a Vossa Excelência e a sua família um feliz ano 2000, o que naturalmente desejo a todos os queridos colegas do Comitê e da Secretaria. Obrigado, Senhor Presidente.

Representação do MÉXICO (Gustavo Iruegas). Obrigado, Senhor Presidente.

Minha pergunta é muito simples, e suponho que muito compreensível. Quando será a próxima reunião do Comitê neste ano ou em 2000?

Como os senhores compreenderão, tenho algum interesse, mas também sei que o mês de janeiro não é muito ágil. Desejaria alguma orientação sua, Senhor Presidente, e, através da Presidência, da Secretaria-Geral. Obrigado.

PRESIDENTE. De acordo com a conversa que tive com o Senhor Secretário-Geral, vimos que a primeira reunião poderia ser em 18 de janeiro, levando em conta que muitos dos Senhores Representantes viajam para seus países.

A Secretaria me diz que a reunião seria dia 18 ou dia 25 de janeiro, segundo decidam os senhores. Parece-me que a Secretaria está disponível à sugestão que seja mais cômoda para o maior número de Representantes.

Se os senhores estiverem de acordo em que seja na terceira ou quarta semana de janeiro, pediria seu pronunciamento.

Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, existe a possibilidade de que na próxima semana se realize uma sessão do Comitê de Representantes, dependendo da evolução de alguns acontecimentos que talvez justifiquem essa sessão do Comitê. Isso, por um lado. Por outro, já coordenaríamos com Vossa Excelência e com quem assumirá a Presidência a partir de janeiro, a fim de determinar, em conjunto, a data mais conveniente, levando em conta, efetivamente, que em janeiro ocorre aqui em Montevideú uma espécie de férias muito longas.

Contudo, de acordo com o que tínhamos conversado, em princípio, a primeira reunião do ano que vem poderia ser dia 26 de janeiro. De qualquer forma, oportunamente a coordenaremos.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Representante do Peru.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Senhor Presidente, para dois pontos muito breves. Um, muito importante; o outro não.

O primeiro, para aderir às expressões do distinto Senhor Representante do Paraguai, sobre a forma como Vossa Excelência conduziu nossos debates. Graças a meu Alterno tenho os antecedentes e não me chama a atenção que Vossa Excelência tenha feito um trabalho muito equilibrado e justo com todos nós.

O segundo ponto é que me sinto um pouco enganado em minha primeira sessão do Comitê porque, de uma luxuosa sala que me recebeu, agora passamos a uma sala de trabalho incômoda e pequena. Pergunto se isto acontece com freqüência ou se voltaremos outra vez à Sala Cisneros.

PRESIDENTE. Não vou responder, mas não é parte da austeridade. A água sim.

Agradeço-lhes as palavras a respeito de minha Presidência, mas quando assumir o Senhor Representante do México, terei oportunidade de agradecer a todos os senhores.

Encerra-se a sessão.
